

QUE RECONCILIAÇÃO?

1983: Ano Santo da Reconciliação por três justos motivos. Comemoramos 1950 anos da morte de Jesus Cristo, celebraremos um Sínodo dedicado ao Sacramento da Reconciliação e estamos empenhados na Campanha da Fraternidade, cujo lema é "Fraternidade Sim, Violência Não". Na raiz profunda desses acontecimentos está a consciência aguda de que a nossa salvação — reconciliação verdadeira da humanidade com Deus — se realiza pela vida, morte e ressurreição de Jesus Cristo.

Numa sociedade em profunda crise e envolvida pelo espectro da crescente violência de antagonismos irreconciliáveis, a reconciliação, acontecida em e por Jesus Cristo, surge para os cristãos como uma proposta-apelo no sentido da construção de "nova humanidade". Será ela ouvida em meio ao borborinho ensurdecedor da agressiva sociedade de consumo, das produções crescentes e tecnologia sempre mais sofisticada e de ideologias, em parte desacreditadas, mas ainda responsáveis pelos descaminhos da atual humanidade?

O chamado provocador de Jesus "convertei-vos e crede no Evangelho" (Mc 1,15) soa hoje ainda mais estranho e problemático. Naqueles dias provocava surpresa e expectativa entre os ouvintes, hoje surpreende os habitantes desta sofisticada sociedade secularizada e técnica, embrutejada por um capitalismo em crise, como se fosse discurso irreal e simplista. No entanto, em ambiente assim inóspito, a Igreja reveste-se da coragem profética de Jesus e repete, mais uma vez, que no âmago de todas as possíveis causas explicativas das atuais violências está o pecado do homem, ao rejeitar a comunhão com Deus e com seus semelhantes.

Todas as utopias que fazem vibrar o coração da humanidade — paz, justiça social, liberdade, dignidade humana — livrando-a da imobilidade cadavérica e da resignação cética e amargurada, abortam ainda em plena gestação, quando o homem persiste, contumaz e renitente, em ignorar sua pecaminosidade endêmica, com consequências para si e para o gênero humano. A experiência histórica desmascara implacável o neopelagianismo redívivo das ideologias e dos sistemas messiânicos. E, por isso mesmo, estimula o Cristianismo a proclamar mais uma vez o cerne de sua boa-nova: a salvação é dom de Deus em Jesus Cristo, que exige para dela participarmos, uma conversão para Ele de toda nossa pessoa.

Esta mensagem central do Cristianismo perde contudo credibilidade, se descamba para um discurso simplista e espiritualista. De

fato, a conversão do homem a Deus é um fenômeno tão complexo, como o próprio homem. Omitir algum de seus elementos pode comprometer seriamente toda a proclamação por parte da Igreja. Afirmar, de que o pecado obstaculiza a fraternidade entre os homens e de que a volta a Deus tem repercussões na convivência humana, deixam de ser formais, no momento em que a atitude do homem diante de seu semelhante for entendida como constitutivo essencial de sua atitude diante de Deus. O Cristianismo é radical, ao eliminar pela raiz qualquer modalidade de escapismo para a esfera do religioso e do sagrado, que lhe garantisse uma salvação sem o ônus da confrontação com a história real. O amor fraterno garante a autenticidade do amor a Deus. Ambos são momentos de um único movimento. Não se sucedem, mas implicam-se. Retomando São Mateus (25, 31-46), Puebla (nn. 31-39) recorda-nos, de modo dramático, que Cristo não é encontrado unicamente no espaço do sagrado e do rito sacramental, mas também no rosto concreto do homem, sobretudo dos mais necessitados.

Acentuar demasiado a necessidade da conversão individual e sua expressão eclesial, com vistas a obviar a atual crise do sacramento da penitência, pode reduzir o apelo à reconciliação a uma proclamação natimorta para o cristão de hoje, ainda com a lembrança amarga de um cristianismo tão religioso quão insensível e irresponsável diante da história.

Tarefa, ainda mais difícil, urgente e incontornável, é interpretar para dentro de nosso contexto atual o discurso tradicional da Igreja sobre a reconciliação. Aventura dolorosa que supõe deixar a segurança tranqüila dos princípios gerais e dos imperativos evangélicos formais e assumir os riscos de compreender e interpretar a realidade complexa a partir das múltiplas mediações das ciências. Nem sempre o imperativo ético cristão consegue sua tradução imediata para uma determinada situação, e quando o consegue deve aceitar, conscientemente, as conseqüências inevitáveis desta encarnação, como são a imperfeição, a provisoriedade, o risco, a obscuridade e até mesmo o erro. Mas é no escândalo da carne e na fraqueza da história que se deu a salvação; esta lei do cristianismo vale também para a reconciliação.

A atual situação do terceiro mundo, com diferenças gritantes entre países ricos e pobres e entre classes no interior de muitos deles, exige discurso lúcido sobre a reconciliação, em relação aos pressupostos de sua efetiva realização. Não basta já justapor a palavra da fé à realidade social. Urge denunciar os obstáculos de ordem

peçoal e estrutural que a tornam inócua, e apontar mediações concretas para o amor fraterno.

E por mais paradoxal que pareça, esta reconciliação universal — proposta inarredável do Cristianismo — passa por opções preferenciais e parcialidades evangélicas pelos mais fracos, por denúncias inquietantes e resistências conscientes. Carecem, portanto, tais mediações de reconciliação, de evidência para todos, especialmente para os que vivem em determinada situação de privilégio econômico e social. Em nada deve causar-nos estranheza o fato de que algumas Igrejas lhes neguem respaldo ou lhes questionem a universalidade.

As Igrejas da América Latina e, em geral, as do terceiro mundo, certamente têm algo de original a dizer no próximo Sínodo sobre a reconciliação, no sentido de não permitir que a justa preocupação da Santa Sé com a crise do sacramento da penitência relegue a um discurso descomprometido a real problemática da reconciliação. A fidelidade ao Espírito do Concílio Vaticano II conservará, sem dúvida, a Igreja aberta ao mundo e a serviço da comunidade humana. E assim o Ano Santo da Redenção não se reduzirá ao rito da visita às basílicas romanas, mas sim se estenderá à totalidade da vida do cristão, numa atitude de real conversão e de compromisso social. E a Campanha da Fraternidade ressoará como verdadeira mobilização das forças vivas da nação, em vista da criação de sociedade fraterna, pluralista, participativa, derrotando por dentro a violência sobretudo institucionalizada e ancilosada.